

Guilherme Carvalho e Sousa

A RESPONSABILIDADE DO ESTADO E O PRINCÍPIO DA CONFIANÇA LEGÍTIMA:

a experiência para o direito brasileiro

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2014

Copyright © 2014 by *Guilherme Carvalho e Sousa*

Categoria: Direito Administrativo

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Luisa Maria D. G. Pereira

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

Sumário

Introdução.....	1
-----------------	---

Parte I

Princípios, Princípios da Administração Pública e Ideias Preliminares à Proteção da Confiança

1. Princípios da Administração Pública	7
1.1 A noção de princípio.....	8
1.1.1 O criterioso sentido do termo	8
1.1.2 A importância dos princípios no Direito Administrativo.....	16
1.2 O princípio da supremacia do interesse público.....	18
1.2.1 A noção de interesse público	19
1.2.2 Ultrapassando (ou repensando) a supremacia do interesse público	24
1.3 O princípio da legalidade	32
1.3.1 Significado	32
1.3.2 Avaliações do princípio da legalidade na Administração Pública - necessidade de ultrapassar o conceito inicial?.....	35
1.4 O princípio da moralidade	43
2. Quanto à Segurança Jurídica e à Boa-Fé	48
2.1 Da segurança jurídica	49
2.1.1 Noções preliminares.....	49
2.1.2 A segurança jurídica como decorrência do Estado de Direito.....	56
2.1.3 A segurança jurídica e o Direito Administrativo	59

2.2 Do princípio da boa fé	62
2.2.1 A boa fé nas relações jurídicas.....	63
2.2.2 O princípio geral da boa fé no Direito Administrativo	66
2.2.2.1 A possibilidade de aplicação do princípio da boa fé no Direito Administrativo.....	66
2.2.2.2 O exato significado do termo	68

Parte 2

A Proteção da Confiança Legítima: Origem, Fundamento, Apreciação com o Direito Comparado, Força Constitucional do Princípio, Aplicação e Análise no Direito Brasileiro

1. A Confiança Legítima.....	75
1.1 Noções iniciais	76
1.2 Surgimento.....	79
1.3 O princípio da confiança em outros ordenamentos.....	82
1.3.1 O princípio da proteção da confiança no Direito Administrativo alemão	82
1.3.2 O princípio da proteção da confiança no Direito Administrativo espanhol	87
1.3.3 O princípio da proteção da confiança no Direito Administrativo francês	91
1.3.4 O princípio da proteção da confiança na Itália.....	94
1.3.5 O princípio da proteção da confiança no <i>Common Law</i> ...	98
1.3.5.1 Reino Unido	99
1.3.5.2 Estados Unidos	102
1.3.6 O princípio da proteção da confiança na América Latina	103
2. O Suporte Constitucional para a Confiança Legítima: A Confiança Legítima como um Princípio Autônomo	107

3. Dos Falsos Óbices à Aplicação do Princípio da Confiança Legítima e da Necessária Distinção entre Segurança Jurídica, Boa-Fé e Confiança Legítima	116
3.1 Dos falsos óbices à aplicação do princípio da confiança legítima.....	116
3.2 Da necessária distinção entre segurança jurídica, boa-fé e confiança legítima - a necessidade de encarar a confiança legítima como princípio autônomo....	118
4. A Aplicação do Princípio da Proteção à Confiança.....	122
4.1 Modalidades do Princípio da proteção	124
4.1.1 A proteção substantiva da confiança.....	124
4.1.2 Proteção procedimental da confiança	127
4.2 Requisitos para aplicação do princípio.....	130
4.2.1 A legítima confiança do administrado	132
4.2.2 A previsibilidade do atuar administrativo	133
4.2.3 A ponderação entre os interesses envolvidos	134
4.3 Possíveis consequências da violação do princípio da proteção da confiança	135
5. A Confiança Legítima no Brasil	138
5.1 A problemática do contorno fático - o posicionamento do STF e STJ.....	140
5.2 A análise jurisprudencial	142
5.2.1 A aplicação do princípio da proteção da confiança na Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.....	142
5.2.2 A aplicação do princípio da proteção da confiança na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.....	149

Parte 3

A Responsabilidade Extracontratual do Estado e o Princípio da Confiança Legítima

1. Da Responsabilidade Civil	
e da Responsabilidade do Estado	155
1.1 Da responsabilidade civil	156
1.1.1 Origem e fundamento da responsabilidade civil.....	156
1.1.2 A nova perspectiva para a responsabilidade civil	157
1.2 A Responsabilidade civil do Estado	160
1.2.1 Fundamento da responsabilidade civil do Estado.....	163
1.2.2 Fases	169
1.2.3 A Teoria do Risco Administrativo	174
1.2.4 Pressupostos para a responsabilidade civil do Estado	177
2. A Responsabilidade Extracontratual	
do Estado e o Princípio da Confiança Legítima	181
2.1 Uma questão preliminar: indenização	
pela quebra da confiança legítima	182
2.2 A indenização como solução adequada	185
2.3 O contexto da responsabilidade civil	
do Estado no ordenamento brasileiro: a proteção	
da confiança é necessária?	188
2.4 Um último aspecto: a legítima confiança	
na planificação do Poder Público.....	191
3. A Proteção da Confiança e o Juízo de Proporcionalidade:	
O Princípio da Proporcionalidade como Solução?	195
 Considerações Finais	 205
 Referências	 211